

Tecendo conexões e aproximações entre feminismos africanos e latino-americanos

Vera Gasparetto¹

Débora Speck²

Resumo: O objetivo deste artigo é tecer algumas conexões entre feminismos latino-americanos e africanos (focados em Moçambique) que emergem de entrevistas e referenciais teóricos acerca de encontros, desencontros, aproximações e distanciamentos dentro do campo do ativismo e dos estudos de gênero e feministas nos territórios de África/Moçambique e América Latina/Brasil, a partir de uma perspectiva decolonial e das narrativas que fazem uma crítica ao feminismo hegemônico, tanto acadêmico como ativista. Assim, buscamos trazer os níveis de circulação de saberes e conhecimentos entre os dois continentes, que emergem de intercâmbios culturais na globalização, diálogos e vivências de pessoas que estiveram em ambos os mundos, as influências dessas interrelações para a articulação dos feminismos globais a partir de conexões entre as resistências epistêmicas e de luta por direitos no âmbito do Sul-Sul.

Palavras-chave: Feminismos africanos; Feminismos latino-americanos; Globalização; Moçambique.

Weaving connections and approximations between African and Latin American feminisms

Abstract: This article aims to establish connections between Latin American and African Feminisms (focused on Mozambique) emerging from interviews and theoretical references about encounters, disagreements, approximations, and distancing within the field of activism, gender, and feminist studies in the territories of Africa/Mozambique and Latin America/Brazil from a decolonial perspective and narratives that criticize hegemonic feminism, both academic and activist. Thus, we seek to bring the levels of knowledge circulation between the two continents emerging from cultural exchanges in globalization, dialogues, and experiences of people who have been in both worlds, the influences of these inter-relations for articulating global feminisms from connections between epistemic resistances and the struggle for rights in the South-South.

¹ Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC), Área de Estudos de Gênero, com a pesquisa “Do local ao global: feminismoS africanoS, redes de pesquisa e conexões transnacionais” (Programa Nacional de Pós Doutorado - PNPd/CAPES). Pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e do Centro de Estudos Africanos (CEA/Universidade Eduardo Mondlane). E-mail: gasparettovera@yahoo.com.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3865-0549>

² Graduanda de Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista PIBIC/CNPq (Projeto “Do local ao global: feminismoS africanoS, redes de pesquisa e conexões transnacionais”) e integrante do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC). E-mail: debora.speck@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0973-1227>

Keywords: African Feminisms; Latin American Feminism; Globalization; Mozambique.

Artigo recebido em: 30/10/2021

Artigo aprovado para publicação em: 28/01/2022

Este artigo reúne reflexões da pesquisa de pós-doutorado, intitulada “Do local ao global: feminismoS africanoS, redes de pesquisa e conexões transnacionais” (2019)³, dando continuidade às atividades realizadas durante o doutorado sanduíche em Moçambique, África⁴, com trabalho de campo junto aos movimentos de mulheres e movimentos feministas. Parte do levantamento de dados foi realizada durante a pandemia de Covid-19, portanto, as atividades de pesquisa de campo foram realizadas *on-line*, concomitantemente à revisão bibliográfica, para situar o tempo e espaço da pesquisa. As entrevistas, coletas de dados, discussões e reuniões foram feitas à distância, o que facilitou em diversos casos a execução do trabalho, visto que independentemente do país, a adaptação às atividades *on-line* possibilitou entrevistar pessoas que estavam em diversos locais do mundo, de diversas vivências e idades.

De caráter semiestruturado, as entrevistas com pessoas que estavam inseridas nas vivências que investigamos permitem trazer conhecimento acadêmico, pistas e caminhos na busca por identificar redes de diálogos entre as mulheres acerca de suas reivindicações no âmbito da África e América Latina. Tivemos acesso às experiências das entrevistadas na academia e nos movimentos sociais e suas percepções sobre os níveis de socialização intercontinental a partir de suas vivências.

A metodologia feminista situada (HARAWAY, 2009) guia o trabalho, tratando-se de uma pesquisa em que duas mulheres brancas, de origem trabalhadora, de duas diferentes gerações e formação, buscam com suas experiências e trajetórias tecer uma contribuição a partir de olhares interdisciplinares sobre os dois contextos, com aportes nas Ciências Humanas e nas

³ Foi aprovada no âmbito do Programa Nacional de Pós-doutorado (PNPD/Capes) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).

⁴ O PDSE/Capes foi realizado de setembro de 2017 a janeiro de 2018 e resultou na tese (autora).

Relações Internacionais. A perspectiva feminista decolonial, seja na sua abordagem, construção empírica ou escolhas teóricas e metodológicas, é o guia para o encontro de saberes a partir de uma compreensão de que os feminismos emergem da práxis cotidiana, de onde bebemos, refletimos, teorizamos e nomeamos, enquanto acadêmicas, essas práticas e discussões. Contudo, não acreditamos que as mulheres ativistas, as militantes, necessitem de teorias feministas para construir suas estratégias de ação. Sendo assim, as dicotomias e questões sobre “de onde vieram os feminismos” são por nós compreendidas como surgidas de experiências pluriversas, das quais os processos levam aos nomes, e não os nomes levam aos processos. Analisamos ainda que a academia, ao nomear, exerce de alguma forma um controle da narrativa, incompatível com as dinâmicas do cotidiano.

Nosso objetivo em conectar esses caminhos entre a América Latina e África é instigado pela vontade de compartilhar e aproximar narrativas, que, por serem de contextos diversos, têm distanciamentos entre si⁵. São dois continentes que contam histórias de terras exploradas, colonizadas, hierarquizadas e que resistem ainda hoje à submissão imperial do ocidente (que articula aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais) (LUGONES, 2020; MCCLINTOCK, 2010; FALOLA, 2020; MUDIMBE, 2019; QUIJANO, 2005). Essas experiências influenciaram e influenciam os diferentes âmbitos da vida (pessoal, privada e pública), refletindo nas práticas feministas e nas relações de gênero. Intelectuais, artistas, ativistas, professoras, mães, filhas, mulheres de diversas realidades que tiveram suas histórias cruzadas pela colonialidade⁶ criam o suporte que nos sustentará para dialogarmos com as narrativas e interligá-las de maneira a descobirmos quais direções essas conexões tomaram ao decorrer do tempo e quais suas influências para os feminismos contemporâneos.

⁵ Apesar de existirem publicações nas bibliotecas digitais da CODESRIA e CLACSO, nas áreas das ciências sociais e humanas, que correlacionam ambos os continentes, observamos que as abordagens no campo dos estudos de gêneros e feminismos ainda são inexpressivas.

⁶ A colonialidade é constitutiva da modernidade e o imaginário do mundo moderno/colonial emerge da articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias, e de histórias que se contaram e se contam, levando-se em conta a dupla consciência que é gerada: é subalterna e ao mesmo tempo resiste. A ela se articula o conceito de colonialidade do poder (QUIJANO, 1997) e de diferença colonial (MIGNOLO, 2000; 2005).

Ao realizarmos as entrevistas para a pesquisa de pós-doutorado em Moçambique “Do local ao global: feminismoS africanoS, redes de pesquisa e conexões transnacionais” (2019), dialogamos com intelectuais, ativistas e consultoras que estavam no trânsito global. Foram dessas conversas com moçambicanas, latino-americanas que vivem em contextos da África, que viveram entre Brasil e Moçambique e pessoas do norte global que circulam por esses territórios, que observamos essa conexão recorrente ativista e intelectual entre Moçambique e a América Latina.

Carla Teófilo Braga é moçambicana, antropóloga-médica, doutora pela State University of New York (SUNY) e professora na Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Viveu no Chile durante a ditadura Pinochet, foi pesquisadora visitante em várias universidades europeias e dos Estados Unidos e tem como interesses de pesquisa os temas de saúde, desigualdades e meios de sustento; biomedicina em contextos pós-coloniais; violência e memória, poder/conhecimento e ética de pesquisa em ciências sociais.

Catarina Trindade é moçambicana, antropóloga e consultora independente para a área de gênero, feminismo e movimentos de mulheres em Moçambique. Viveu no Brasil no período em que realizou o Doutorado em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), tendo pesquisado o campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero em Moçambique.

Marilú Mapengo Námoda é moçambicana, socióloga e artista. Durante 10 anos foi militante feminista no movimento de Mulheres em Maputo-Moçambique, onde desempenhou diversos papéis de liderança, com destaque para a Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Atualmente é estudante de mestrado na DAI *Art Praxis*, na Holanda, onde inicia sua pesquisa ancorando ancestralidade e amor como prática para o fim do mundo como conhecemos hoje.

Solange Guerra Rocha, jornalista brasileira e doutora em Serviço Social/UFPE, é pesquisadora associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Cape Town (UCT)

e do Centro de Estudos e Pesquisa em Política Social (NEPPS/UFPE). Tem experiência na área de políticas públicas, comunicação e educação, possui participação ativa em articulações nacionais e internacionais, atuou na organização SOS Corpo (Recife-PE) e atualmente é consultora na área de gênero e vive entre África do Sul, Moçambique e Brasil.

Tassiana Tomé é moçambicana, socióloga, escritora e artista com experiência nas áreas de educação pública, direito das mulheres e ativismo. Tem experiência nas áreas de feminismo decolonial, ecofeminismo, antirracismo e filosofia africana. Graduada em sociologia pela Universidade *College Roosevelt*, atua como colaboradora do Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), em Moçambique.

Heike Friedhoff é uma antropóloga e pedagoga de origem alemã (com formação focada na América Latina), viveu no México, Guatemala, Brasil e Moçambique. Com experiência de mais de duas décadas em cooperação internacional para o desenvolvimento com foco em gênero e direitos das mulheres, atualmente vive no Quênia⁷. É assessora de coordenação e ativista do Grupo de Mulheres de Partilha de Ideias de Sofala (GMPIS), fundado em 2014, que articula espaços de solidariedade e troca de experiências com foco na assistência a mulheres afetadas por zonas de conflito.

Tina Hennecken Andrade é uma cientista política de origem alemã e trabalha desde 2016 como representante da Fundação Friedrich Ebert (FES) em Moçambique, já tendo ocupado cargos no Brasil e Namíbia. Pesquisadora com experiência na área de análise de políticas e mídias sociais e atualmente reside na Alemanha.

O argumento do artigo emergiu do diálogo com essas entrevistadas, buscando um referencial teórico coerente com nossas observações, permeado pelas seguintes questões: É possível fazer conexões entre os feminismos latino-americanos e africanos? Por que estudar esses feminismos? Qual a contribuição decolonial desses feminismos? O trabalho de pesquisa

⁷ Heike Friedhoff e Tina Hennecken Andrade foram entrevistadas por terem experiências internacionais, em especial em África (Moçambique, Namíbia e Quênia) e na América Latina. Tina Hennecken Andrade representou até março de 2021 a FES em Moçambique, sendo um centro de comunicação, coordenação regional e intercâmbio para trabalhos no continente africano, além de atuar na América Latina.

tem outras entrevistadas, mas optamos em trazer nessa discussão as contribuições que estabelecem essas pontes pela oportunidade que tiveram e têm de circular entre os contextos mencionados.

A perspectiva decolonial e os feminismos africanos e latino-americanos

Na maior parte das leituras realizadas para o aporte teórico deste trabalho, percebemos uma crítica de teóricas/os pós-coloniais e decoloniais à supremacia do pensamento europeu sobre a produção de conhecimento do Sul-Sul, reproduzindo-se também no âmbito da reflexão feminista. O grande acontecimento e a experiência fundamental da nossa época é que a Europa não é mais o centro de gravidade do mundo (CABRAL, 1999; FANON, 2008; MBEMBE, 2018). Essa transição para pensamentos críticos traz possibilidades para os esforços empreendidos pelas lutas e resistências engendradas nos territórios neocoloniais (PRATT, 2009), assim como aos estudos de gênero e feministas, em especial as reflexões decoloniais, que denunciam o eurocentrismo e propõe alternativas epistemológicas, ampliando redes e novos patamares para a ciência e para o ativismo.

No seu empreendimento colonial, fundamentado na missão civilizadora, o império europeu ocupou os corpos-territórios⁸, considerados inferiores e anormais, intensificou as desigualdades de gênero, inventou a raça, criou a pedagogia do imperialismo, justificando a subjugação das pessoas negras e a concessão de privilégios políticos, jurídicos e econômicos aos brancos (MCCLINTOCK, 2010). A violência foi, e ainda é, um elemento de controle e afirmação do racismo e de garantia da inferioridade alheia, permitindo a exploração brutal como empreendimento civilizatório (MBEMBE, 2018), atingindo em especial as mulheres.

Nesse contexto de colonização, há uma crítica ao ingresso do conceito de gênero no continente africano como um produto da modernidade, marcado pela expansão europeia e o estabelecimento da hegemonia cultural euro-americana, que impôs um modelo de

⁸ Essa ideia foca no comunitário como forma de vida, favorecendo a análise do território desde a “escala mais micro, mais íntima, que é o corpo” sendo esse o “primeiro território de luta”. Os corpos, em especial o feminino e os dissidentes evidenciam “outras escalas de opressões, de resistências: família, praça pública, comunidade, bairro, organização social, território indígena, etc.”. A noção de “corpo-território” é “uma epistemologia latino-americana e caribenha feita por e desde mulheres de povos originários” e traz posicionamentos de “novos olhares eco feministas desde o Sul” (CRUZ HERNÁNDEZ, 2017, p. 43).

desenvolvimento (MAMA, 2011; MCCLINTOCK, 2010; OYÈWÙMÍ, 2021). A socióloga nigeriana Oyèrónke Oyèwùmí (2004, p.1) observa que essa hegemonia é ainda mais profunda na produção do conhecimento sobre o comportamento humano, história, sociedades e culturas: “os interesses, preocupações, predileções, neuroses, preconceitos, instituições sociais e categorias sociais de euro-americanos têm dominado a escrita da história humana”, resultando no etnocentrismo e na racialização do conhecimento.

Dessa forma, os processos pós-independências, resultantes em grande parte das lutas de libertação nacional em alguns países africanos, não significaram uma descolonização. Persiste o racismo epistêmico e um desconhecimento sobre a África, reforçado pela baixa circulação do conhecimento produzido no continente, apagamentos de suas histórias, realidades, especificidades regionais, implicando tolerância aos abusos de poder de Estados e de corporações sobre pessoas e territórios. Associado à globalização, emerge o desafio de compreender as estruturas estatais, por onde circulam as diferenças étnico-culturais que privilegiam os homens e implica a violação dos direitos humanos das mulheres (CASIMIRO, 2014; LOFORTE, 2003), como é o caso também em Moçambique.

A perspectiva feminista decolonial, que transita pelo mundo globalizado, nos leva a buscar uma compreensão ampla dos feminismos não só enquanto uma reflexão epistêmica, mas, acima de tudo, como uma postura ativa diante de realidades coloniais, patriarcais, capitalistas, racistas, etnicistas, que precisam ser repensadas e transformadas de forma articulada, como é o caso de África. Nessa direção, refletimos sobre os sentidos e nomeações das diferentes análises e práticas feministas e em que medida se complementam e se distanciam para contribuir na direção de uma epistemologia e prática política para o que Linda Alcoff (2016) chama de “uma epistemologia para a próxima revolução”, que nos ajude a analisar o contexto moçambicano.

Nesse sentido, entendemos que as reflexões de María Lugones (2020) ampliam as discussões acerca da colonialidade do ser, do poder e do saber (QUIJANO, 2005), agregando a categoria de sistema moderno/colonial de gênero ao procurar entender o lugar do gênero nas sociedades pré-colombianas. Ao reconhecer o conceito de gênero como uma imposição

colonial, é possível questionar o uso desse conceito para explicar a organização social, da mesma forma que compreender a organização pré-colonial é fundamental para entender as imposições coloniais e as conseqüentes mudanças nas sociedades. Segundo Lugones:

Essas mudanças, foram introduzidas através de processos heterogêneos, descontínuos, lentos, totalmente permeados pela colonialidade do poder, que violentamente inferioriza as mulheres colonizadas. Entender o lugar do gênero nas sociedades pré-colombianas faz rotacionar nosso eixo de compreensão da importância e magnitude do gênero na desintegração das relações comunitárias e igualitárias, do pensamento ritual, da autoridade e dos processos coletivos de tomadas de decisões, e das economias (LUGONES, 2020, p.72).

Percebemos que o mesmo cenário ocorreu em sociedades africanas, cuja imposição de gênero é descrita pela pesquisadora nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí em seu livro *The Invention of Women*, publicado em 1997 como resultado da sua tese de doutorado. O livro é considerado um marco na literatura feminista contemporânea e chega às livrarias brasileiras apenas no primeiro semestre de 2021, em que a autora analisa a imposição ocidental na sociedade Iorubá, cuja organização social original não era baseada em classificações biológicas e/ou de gênero:

Este livro não aborda a chamada questão da mulher. Este é um tema derivado do Ocidente – uma herança da velha somatocentralidade do pensamento ocidental. Trata-se de um problema importado e não autóctone para os povos iorubás. Se este se tornou um tema relevante nos estudos iorubás, a história desse processo precisa ser contada. Este estudo tornou-se parte dessa história. Quando iniciei a pesquisa, acreditei que me seria possível fazer um estudo sobre gênero em uma comunidade iorubá contemporânea, que principalmente abordaria a questão a partir de uma abordagem local. Logo ficou nítido para mim que, em função da prática acadêmica de depender de teorias e debates conceituais originados e dominados pelo Ocidente, muitas das questões que orientaram o projeto de pesquisa inicial não foram (e não poderiam ser) geradas nas condições locais (OYĚWUMÍ, 2021, p.15).

Reflexões de intelectuais africanas que têm no seu cerne um questionamento à colonialidade são de baixa circulação no Brasil⁹. No caso da obra de Oyěwùmí, escrita em 1997, o mais próximo que se tinha era a versão traduzida para o espanhol publicado pelo *Editorial en la frontera*, em 2017, onde a acadêmica e ativista Yuderkys Espinosa Miñoso apresenta o livro e reforça a importância de ler Oyèrónké na América Latina:

⁹ No trabalho de pesquisa de doutorado o acesso desde o Brasil às referências de autoras africanas foi um processo que chamamos de “escavação epistêmica”.

O fato de uma obra tão importante como a de Oyěwùmí continuar a ser ignorada em nossos contextos em um momento em que a virada decolonial está a todo vapor diz muito sobre a priorização de nosso mercado editorial para estudos de gênero e sexualidade, bem como de seu público. Embora tenhamos consciência da colonialidade do saber que nos faz superestimar o que se produz na Europa e nos Estados Unidos, enquanto há profundo desconhecimento do que se produz em outros contextos, não deixa de nos surpreender o desinteresse por uma obra como a de Oyěwùmí, que é uma das teóricas feministas africanas contemporâneas mais relevantes, aclamada internacionalmente pelo rigor e originalidade da sua contribuição (MIÑOSO, 2017, p. 10-11, tradução nossa)¹⁰.

Na apresentação do livro, Yuderlys Espinosa Miñoso (2017) faz uma autocrítica da chegada tardia da circulação de pensamento de feministas africanas na América Latina, sendo que são fundamentais para a construção de um feminismo não eurocentrado, buscando um feminismo des/decolonial em *Abya Yala*¹¹. Por um tempo nessa busca, deixamos de olhar para outras partes, pois nos ocupamos com a ressonância do giro descolonial do feminismo, desde que Lugones nos desafiou a embarcarmos para compreensões excluídas do feminismo: repensar, atualizar e propor novas aproximações críticas ao feminismo regional do qual fazemos parte (MIÑOSO, 2017). Recentemente foram lançadas duas obras no Brasil, que trazem um artigo de Oyèrónké Oyěwùmí, traduzido para o português, intitulado *Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africana*¹² (BERNARDINO-COSTA ET AL (org.), 2018; HOLLANDA, 2020).

O desinteresse que Miñoso (2017) ressalta em sua análise pode estar relacionado à baixa circulação desses saberes feitos no Sul e para o Sul. Nota-se como alguns países fora do eixo hegemônico não possuem uma literatura expressiva no mercado editorial brasileiro e latino-

¹⁰ *El hecho de que una obra tan importante como la de Oyěwùmí siga siendo ignorada en nuestros contextos en un momento en donde el giro decolonial se encuentra en pleno auge dice mucho respecto de las priorizaciones de nuestro mercado editorial de los estudios de género y sexualidad, así como de su público. Aunque estamos consciente de la colonialidad del saber que nos hace sobreestimar lo que se produce en Europa y los EEUU mientras hay una ignorancia profunda sobre lo que se produce en otros contextos, no deja de sorprendernos el desinterés por una obra como la de Oyěwùmí, quien es una de las más relevantes teóricas feministas africanas contemporâneas, aclamada internacionalmente por la rigurosidad y originalidad de su aporte.*

¹¹ *Abya Yala* é o nome na língua Kuna (povo que habita o território correspondente ao Panamá e à Colômbia) do continente que os colonizadores espanhóis chamaram de 'América'. Significa: "terra em plena maturidade" ou "terra de sangue vital" (MIÑOSO; CORREAL; MUÑOZ, 2014, p.13, tradução nossa).

¹² Até então, esse artigo circulava em formato digital, em tradução livre, mas agora está no livro *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico* (BERNARDINO-COSTA ET AL (org.), 2018) e na série *Pensamento feminista hoje – Perspectivas Decoloniais*, organizada por Heloisa Buarque de Hollanda (2020).

americano, resultado de diversos fatores e entre eles, a falta de interesse das editoras em publicar algo que não tenha uma grande demanda e/ou a dificuldade nas traduções.

Na obra é ressaltada a influência do Ocidente sobre a produção de conhecimento histórica e contemporânea acerca dos estudos africanos (OYĚWÙMÍ, 2021) e, podemos afirmar, latino-americanos, resultado da persistente dominação colonial e neocolonial. Para Mara Viveros-Vigoya (2018) o livro chega num momento muito oportuno e soma-se ao *corpus* de trabalho das feministas do sul global, especialmente as hispano-falantes, ainda que 20 anos depois. Ressaltando a importância de produzir conceitos fora dos paradigmas teóricos europeus e calçados nas realidades locais (OYĚWÙMÍ, 2017, p. 203), marca diferencial do feminismo decolonial.

Em todo caso, a questão crucial de qualquer pesquisa continua sendo a atenção dada às especificidades da experiência cultural local e da estrutura social, para nos deixarmos guiar por elas e não pelos mandatos teóricos de nosso pequeno mundo acadêmico (VIVEROS-VIGOYA, 2018, p. 205, tradução nossa)¹³.

Outro fator é que por muitas décadas superestimamos a produção do norte global, o que gerou uma ignorância profunda sobre o que vinha sendo elaborado, pensado e praticado em outros contextos. Aliada a isso, a profundidade do racismo científico recai sobre o feminismo e ciências sociais e ciências humanas em geral, fator que aprofunda hierarquias de produção de saber e dá pouco valor ao pensamento das mulheres, em especial as do sul global (GASPARETTO, 2019; MIÑOSO, 2017). Contudo, a obra revela a agência de mulheres racializadas e subalternizadas que estão produzindo um outro olhar sobre/para/com o feminismo em suas diferentes expressões e localmente.

Não sei até que ponto isso [influências internacionais no meio acadêmico] diz muito da nossa educação, no ensino superior [Moçambique], pois antes não tinha muito para onde ir. Hoje em dia isto está um pouco diferente. Mas mesmo aqui em Moçambique, o quê que se lê academicamente? Quais são as influências? Mais recentemente tu tens esse movimento de trazer mais autores/as africanos/as, mas também, o conhecimento e as bases são sempre as mesmas. Eu me surpreendi muito com colegas no Brasil que tem um conhecimento de todos/as os/as autores/as, dos estudos de gênero, mas perguntas, se conhecem uma Amina Mama ou uma Oyèrónkẹ? Claro que não conhecem, não conhecem ninguém, não conhecem nada. Esse conhecimento é bem ocidental e concentrado. Alguém falava sobre o afro futurismo “ah, mas tu podias dar

¹³ *En cualquier caso, la cuestión crucial de cualquier investigación sigue siendo la atención que se preste a las especificidades de la experiencia cultural local y de la estructura social, para dejarnos guiar por ellas y no por los mandatos teóricos de nuestro pequeño mundo académico* (VIVEROS-VIGOYA, 2018, p. 205).

um curso de feminismo africano”. Eu falei, “eu não, vocês não se interessam por essas coisas, vocês não conhecem nada e inclusive, quantas vezes eu tentei trazer um pouco disso no Pagú, para o Núcleo de Estudos de Gênero, mas além de mim, quem é que estava a estudar gênero e feminismo em África? E isso também tem a ver com formação, tem a ver com interesses, tem a ver com a produção e como circula esse conhecimento (TRINDADE, 2020, entrevista).

Algo similar se observa no contexto brasileiro em relação à circulação de obras de autoras latino-americanas hispano falantes. Ao exemplo de María Lugones, referência do pensamento feminista decolonial, com uma de suas obras mais conhecidas – Colonialidade e gênero – traduzida e publicada no Brasil apenas no ano de 2020, no livro *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais* (HOLLANDA (org.), 2020), que reúne autoras feministas contemporâneas do sul global. Esse texto foi publicado por Lugones originalmente em 2008 na *Revista Científica Worlds and Knowledge Otherwise*, Vol. 2, Dossiê 2, e levou mais de uma década para chegar traduzido ao Brasil. Nota-se um domínio intelectual e editorial perante os saberes locais.

Partindo de perspectivas históricas e culturais, apesar de experiências distintas que cada povo viveu, vê-se que a imposição de modelos de sociedades europeus e euro-estadunidense, marcada por desigualdades étnico-raciais, de sexo/gênero e de classe, deixaram cicatrizes profundas ao utilizar desses marcadores para explorar e estratificar seres, ao passo que se criou uma imagem universal de sociedade, que corresponde na prática, ao homem branco, patriarcal, heterossexual, cristão, proprietário (MCCLINTOCK, 2010; HALL, 2017). Um modelo que deixa de fora diversas faces e sujeitos, em especial as mulheres (ARUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 16). O racismo, o sexismo e as diversas formas de opressões que estruturam as instituições ultrapassam as fronteiras geográficas e atingem as mulheres de diversos locais. Algumas destas, impulsionadas em superar esses desafios, uniram-se. Entre os movimentos que surgem, o feminismo, carregado de diversas nuances e teorias, torna-se político e internacional.

É inegável que o feminismo, como teoria e prática, desempenhou um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, na medida em que, ao apresentar novas questões, não apenas estimulou a formação de grupos e redes, mas também desenvolveu a busca por uma nova maneira de ser mulher. Ao centralizar suas análises em torno do conceito de capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista), ele revelou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, o que constitui uma

contribuição de importância crucial para a direção das nossas lutas como movimento (GONZALEZ, 2020, p. 40).

No entanto, por volta das décadas de 1960 e 1970, impulsionadas pela situação internacional de lutas contra o colonialismo e racismo, permeadas pela globalização hegemônica ocidental, as mulheres começaram a sentir as diferenças entre aquelas que vinham lutando no contexto europeu nos movimentos, que ficaram conhecidos por ondas feministas. Nos países da periferia e da semiperiferia, onde muito poucas mulheres, e mesmo homens, haviam experimentado a Declaração dos Direitos Humanos, grupos de mulheres começaram a organizar-se e a chamar a atenção para as suas realidades e diferenças (CASIMIRO, 2014). Dessa forma, as ondas dos feminismos tiveram temporalidades, pautas e agendas diferentes em cada contexto, espaço e território, como é o caso de África e América Latina.

A diversidade do continente levou ao surgimento de movimentos representativos, misturando diferentes correntes feministas: a endógena, a liberal, a radical, a socialista, a marxista, as feministas negras da diáspora. Focados na emancipação da mulher nas sociedades, questionam os paradigmas de desenvolvimento conservadores e conformistas, confrontando-os com o resgate da história das mulheres. Confrontaram a corrente central da historiografia Africana, que desconsidera as especificidades das experiências e as diversidades das mulheres dos países africanos (CASIMIRO, 2014, p. 75-76). Heike Friedhoff (Entrevista 2021) ressalta a vivência dessas especificidades no continente, “existem muitos feminismos, um feminismo de base comunitária, pois reúne e traz as vozes mulheres nas comunidades”, observando a partir da província de Sofala:

Eu estava cheia de ideias do movimento feminista do Brasil quando cheguei em Moçambique e logo vi que as coisas não podem ser feitas sem ter nenhuma experiência no Continente Africano e menos ainda, em Moçambique. Cheguei lá e percebi “eu tenho que parar com as minhas ideias, eu tenho que ouvir as mulheres e tenho que entender porque as coisas aqui funcionam como funcionam”, porque funciona muito diferente. E isso leva tempo e a minha sorte foi que eu vivi lá, estava lá, estávamos semanalmente juntas para eu poder entender como as coisas estão funcionando e eu como branca não moçambicana, sempre me coloquei no papel de apoiar (com o que eu aprendi no Brasil), de não estar na frente, de fortalecer o que as mulheres lá querem fazer e como querem avançar (Idem).

Isso que podemos denominar de práxis feminista moçambicana é ressaltado por Tassiana Tomé (entrevista 2020): “A liberdade de podermos escolher como queremos chamar

a nossa forma de luta por igualdade é importante”, devido ao receio que muitas mulheres em África têm acerca do uso da palavra “feminismo”. A ideia estereotipada de “feminista” como uma mulher de classe média, branca, oriunda de um contexto particular, dificulta muitas vezes o entendimento de ideias feministas fora dos ambientes diferenciados, que utilizam a categoria para expressar a luta por direitos e igualdade entre homens e mulheres. Há ainda um estigma europeizado, que faz diversas mulheres, habitantes das margens, temerem por um afastamento de sua comunidade ao se autodefinirem feministas (TOMÉ, entrevista 2020).

Como um meio de ir além dessa ideia, o feminismo decolonial surge para englobar práticas e reflexões a partir de experiências que se desligam dos discursos ocidental, neoliberal, individualista e desconectado das diferentes realidades do sul global¹⁴. Surge como crítica à colonialidade e aos padrões condicionados a esse sistema que influencia todos os aspectos da sociedade. A corrente teórica decolonial inserida no campo de estudos feministas faz uma crítica ao *status quo*, recupera pensamentos contra hegemônicos e analisa diferentes formas e experiências de ser mulher em suas múltiplas vivências, suas lutas e (re) existências.

O giro decolonial (BALLESTRIN, 2013) é uma práxis, pois afeta e é afetado por perspectivas intelectuais e de práticas de várias partes do mundo, e ao perpassar e ser perpassado pelos feminismos tornou-se um dos caminhos para reconhecer que as lutas das mulheres são heterogêneas e refletem suas necessidades, seus países, suas culturas, e marcadores sociais da diferença (gênero, sexo, território, classe, geração) que reforçam a necessidade de ir além de um feminismo homogêneo, branco e ocidental. Por ser amplo, necessita permanecer aberto para a crítica, a autocrítica, as tensões e controvérsias e a permanente capacidade de assimilar a pluriversidade que o caracteriza.

¹⁴ “Sul Global” designa territórios localizados fora da Europa e da América do Norte, marcados, na maior parte das vezes, por baixa renda e marginalização política, social e cultural. Para Nour Dados e Raewyn Connell (2012, p. 13, tradução nossa), o termo é uma alternativa à “globalização”, contestando a crença em uma crescente homogeneização das culturas e das sociedades, pois o “Sul Global” é “mais do que uma metáfora para o subdesenvolvimento. Ele se refere a toda uma história de colonialismo, neoimperialismo e mudanças sociais e econômicas diferentes através das quais grandes desigualdades no padrão e expectativa de vida e no acesso a recursos são mantidas”.

A reação mais imediata – e talvez a mais persistente – ao buscar uma perspectiva decolonial é visibilizar, escutar, afetar, transitar e denunciar o epistemicídio, marcando as diferenças com o Ocidente. Isso sem deixar de considerar as assimetrias dentro do próprio sul global e os “suis” dentro do Sul, como é o caso das pluriversidades nos diferentes países do continente africano, “se falarmos por exemplo, com uma mulher no norte de Moçambique, ela tem uma realidade completamente diferente de uma mulher do Sul” (TOMÉ, entrevista 2020). Por vezes, falta o entendimento de que o feminismo pode e deve ser plural devido à noção limitada pelo padrão eurocêntrico que fecha a possibilidade de várias maneiras de ser mulher ao experienciar e exercer seus poderes de formas mais igualitárias. Assim como existem diversas mulheres que exercem princípios abarcados por uma essencialismo feminista ocidental e optam por não usarem o termo “feminismo” como um gesto de consciência (TOMÉ, entrevista 2020), o que nos leva a refletir sobre as motivações de diferentes mulheres sobre serem ou não nomeadas como feministas:

Eu escolhi chamar-me feminista porque pra mim existe essa noção de que o feminismo é plural, e porque também acho que é uma história que não é só ocidental, são lutas diferentes, em momentos históricos diferentes. Então, se eu quiser olhar só pra narrativa da história do feminismo no ocidente, tudo bem, mas se eu quiser compreender as histórias das lutas das mulheres moçambicanas, africanas, as formas como elas foram se organizando, as questões que elas foram enfrentando desde o período colonial, até o período de independência, mesmo agora, pra mim são lutas que partem de um princípio básico. Eu tenho direitos, eu tenho dignidade tanto quanto um homem. E depois, claro, há diferenças que eu acho que são fundamentais e que são essas diferenças que eu gostaria de ver mais em discussão (TOMÉ, entrevista 2020).

O feminismo chegou cedo na vida de Tassiana Tomé (entrevista, 2020), por intermédio de sua mãe, que a ensinou os princípios de independência e valores de justiça social. Foram episódios do dia a dia que contribuíram para a construção de uma consciência de que havia um sofrimento que as mulheres carregavam constantemente e transportavam de geração para geração. Relações domésticas e afetivas marcadas pelo sofrimento feminino, mantidas para preservar a compostura social, a desvalorização do trabalho reprodutivo e o assédio masculino normalizado são episódios que acentuam as desigualdades e se expandem na falta de oportunidades para as mulheres. A perspectiva decolonial foi um processo de autodescoberta, enquanto questionava as bases e referência eurocêntricas e a história da

modernidade (que articula a opressão de classe e racial) e gênero, chegando em sua vida quando estudava Ciências Sociais na Holanda:

[...] o professor mexicano Rolando Vázquez, na aula sobre movimentos sociais latino-americanos, incentivou muito a trazer as referências africanas. Foi uma pessoa muito importante para minha formação, aprendi muito com a história latino-americana, aprendi muito com os diferentes movimentos, não só feministas. Foram referências que depois tentei trazer em diálogo pra minha vida cá e para o meu contexto. Então, é muito boa essa conexão e essa troca (TOMÉ, entrevista 2020).

Assim, com suas referências panafricanistas e dos movimentos de luta pela independência¹⁵ Tomé (entrevista 2020) construiu um diálogo entre feminismo e decolonialidade, reforçado pelos trabalhos de María Lugones, que teoriza o colonialismo como uma influência presente em todas as configurações sociais, com consequências que reverberam na concepção do gênero. A dialética da opressão se dá pela imposição de como o sistema de gênero forma a colonialidade do poder e de como a colonialidade do poder forma o sistema de gênero:

A colonialidade permeia todos os aspectos da vida social e permite o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais. “América” e “Europa” estão entre essas novas identidades geoculturais; “europeu”, “índio”, “africano” estão entre as identidades “raciais”. Essa classificação é “a expressão mais profunda e duradoura da dominação colonial”. Com a expansão do colonialismo europeu, a classificação foi imposta à população do mundo. Desde então, tem atravessado todas e cada uma das áreas da vida social, tornando-se, assim, a forma mais efetiva de dominação social, tanto material como intersubjetiva (LUGONES, 2008, p. 79, tradução nossa)¹⁶.

O contato de Tomé (entrevista 2020) com Lugones ajudou-a a pensar o feminismo “fora das caixas”, abrindo a possibilidade de falar de justiça e de igualdade entre homens e mulheres a partir da realidade moçambicana. O feminismo decolonial passa a ser uma ferramenta para além do empoderamento pessoal, tornando-se uma base para criticar a forma como as estruturas coloniais exacerbaram as violências contra as mulheres que já existiam. Há uma tendência

¹⁵ Seus pais participaram do processo de independência Moçambicana, sua mãe trabalhava com alfabetização junto à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e foi perseguida pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE).

¹⁶ *La colonialidad permea todos los aspectos de la existencia social y permite el surgimiento de nuevas identidades geoculturales y sociales. «América» y «Europa» se hayan entre estas nuevas identidades geoculturales. «Europeo», «índio», «africano» se encuentran entre las identidades «raciales». Esta clasificación es “la expresión más profunda y duradera de la dominación colonial” Con la expansión del colonialismo europeo, la clasificación fue impuesta sobre la población del planeta. Desde entonces, ha permeado todas y cada una de las áreas de la existencia social, constituyendo la forma más efectiva de la dominación social tanto material como intersubjetiva (LUGONES, 2008, p. 79).*

essencialista que acentua a fonte da violência contra a mulher como sendo o patriarcado ocidental. No entanto, Tomé (idem) questiona o quanto algumas culturas africanas são romantizadas para servirem ao discurso decolonial, a exemplo do que ocorre com Oyěwùmí (2021) ao considerar que na cultura Iorubá não existia a divisão de gênero nos padrões biológicos ocidentais:

[...] neste argumento de que essa questão do gênero, da divisão e da relação de poder como é articulada, não existia no nosso contexto. Mas eu também não concordo muito com isso, por exemplo, mesmo no *changana*, não existe essa divisão, mas mulher e criança seria aquilo que em inglês é o “it” que é o mesmo que tu refere a animais. Então, mulher e criança é usado um pronome que não te dá direitos enquanto pessoa, na totalidade. Então, muitas vezes, algumas análises que também buscavam essa crítica ao eurocentrismo, às vezes também caíam numa romantização que pra mim, não estava a trazer a realidade das violências e das agressões que acontecem conosco (TOMÉ, entrevista 2020).

Tomé (entrevista 2020) reforça a crítica ao perigo da essencialização dos costumes e tradições africanos, sem problematizar a questão do colonialismo interno, já arraigado no continente (CASIMIRO, 2014; MCCLINTOCK, 2010; OYĚWÙMÍ, 2021):

[...] também penso na mulher africana que na diáspora continua a ser uma das principais forças de trabalho, mão-de-obra barata [...] também acho que é preciso uma autocrítica, enquanto uma mulher africana ou enquanto africanos, de olharmos para aquilo que são as nossas tradições, os nossos costumes, que também tem as suas violências e precisam ser questionadas e problematizadas. [...] é sair de um paradigma em que nós essencializamos as culturas africanas. Eu acho que isso foi muito vendido para a diáspora e para o ocidente dentro da produção do conhecimento, porque existe um desejo muito grande de reconstruir a nossa história, de reaprender, de resgatar ou recuperar aspectos da nossa cultura, do nosso conhecimento que ficaram invisíveis. Às vezes se cai nessa essencialização um pouco perigosa, porque não nos deixa ver certas violências, que são sutis ou extremamente fortes, como a prática dos casamentos prematuros (que é um dos principais obstáculos da educação das meninas). Há mulheres que vão defender que isso faz parte da cultura. Mas a minha pergunta é: que cultura obriga uma menina de doze, treze anos, a casar-se com um homem de trinta e tal anos? E que cultura é essa que não se pode rever e olhar pra ela mesmo e dizer, “não, isto é uma forma de violência”? E não é preciso trazer nada do ocidente para perceber que é uma forma de violência. Isso é uma luta muito grande que nós temos. Mesmo eu, trabalhando na área dos direitos das raparigas, sou acusada de “isso são ideias do ocidente”. Nós tivemos que lutar muito para eliminar um decreto que obrigava meninas grávidas a estudar à noite (TOMÉ, entrevista 2020).

A narrativa de Tassiana se conecta ao que Lugones (2008, p. 93) chama de “sistema de gênero moderno/colonial”, resultante da colonialidade do poder e da hierarquização e classificação das populações em termos de raça e que define quem é humano e que não é humano. Articula-se a essa hierarquização a imposição colonial do gênero, que atravessa

“questões sobre ecologia, economia, governo, relaciona-se ao mundo espiritual e ao conhecimento, bem como cruza práticas cotidianas que tanto nos habitam a cuidar do mundo ou a destruí-lo” (LUGONES, 2014, p. 935). Apesar de impostas, essas definições são – e devem ser – passíveis de questionamentos. Para Marilú (entrevista 2020), há questões que ainda não foram aprofundadas em determinados contextos, a exemplo da invenção da mulher trazida por Oyèrónkẹ (2021):

A invenção da mulher, isso pra mim é extremamente profundo, faz a gente ousar, se questionar se nós somos mulheres. Quando a gente questiona isso, a nossa identidade de gênero, parece que estamos a cair na discussão do movimento LGBTQ+. E não é isso, é muito amplo porque o movimento LGBTQ+ também é uma agenda internacional. É muito maior que tudo isso, mas é uma questão decolonial muito profunda, de entender o processo da construção da nossa própria realidade, da nossa própria subjetividade e de como isso hoje alimenta toda uma estrutura patriarcal que também foi construída e alimentada por esse processo da colonização, que pra mim não podemos falar do patriarcado hoje, em Moçambique ou em África, sem falar de como o processo da colonização contribuiu e se alimentou por essa estrutura. [...] Então se não somos mulheres, o que somos? Somos homens? Não é uma coisa, nem a outra. Os dois são construções sociais, e construções coloniais sobretudo (NÁMODA, entrevista 2021).

Discutir essas questões nesse nível faz parte de um caminho de desconstrução, no entanto, para Marilú (2020), tornam-se pouco aprofundadas em razão da dificuldade em inseri-las em relatórios oficiais:

Há pessoas que enxergam isso como problema, mas eu acho que mesmo quando as organizações ou as pessoas dentro das organizações, enxergam essa sobreposição da agenda e tentam encontrar estratégias para fazer valer os seus próprios interesses, ainda assim são interesses que não questionam isso de forma tão profunda. Há uma certa disrupção, uma certa emancipação, afastamento do discurso dessas agências, que vai encontrar estratégias e fazer as suas manobras, mas não é profundo. Esse discurso discutido ele não tem uma base que se alimenta, ele não cresce, parece que permanece como essa semente mesmo. Parece-me ser uma eterna semente que não está a crescer. É só uma janela para respirar um pouco dos odores, mas não se abre (NÁMODA, entrevista 2021).

Quando essas pautas são inseridas em escala mundial, frequentemente por ações de organizações internacionais, cresce a relevância, o debate e a disponibilidade de recursos. Mas, até que ponto essas discussões refletem a realidade, em especial, dos contextos locais? O quanto nós, pertencentes às margens, sabemos do nosso passado? A reflexão de Catarina (2020) do contexto moçambicano torna-se útil para questionar outras realidades marcadas pela colonialidade:

[...] estou a tentar reentrar e me encontrar nessas redes e nesse movimento, mas eu senti que eu tenho um desconhecimento muito grande daquilo que acontece a nível regional e um conhecimento muito maior do que acontece em outros contextos. Nós temos muito em comum, no mundo inteiro. Posso estar a ser injusta, mas às vezes parece que não acontecia nada aqui antes. Que não havia luta: “Ah, então, nós agora estamos a aprender com...” Não, já existia, sabe? São formas diferentes de lutas, “Ah porque não havia feminismo aqui.” Quem disse que não havia? O que é feminismo? O quê que tu entendes? Porque esse também é o olhar, e como a gente olha? Para o que existe, para as experiências. Como é que nós temos que olhar para elas? É como quando dizem, “Ah, mas não existe movimento de mulheres em Moçambique.” Por que tu diz isso? O que tu estás a entender por um movimento? O que tu estás à espera de encontrar quando tu chegas aqui? (TRINDADE, entrevista 2020).

A partir desse conjunto de reflexões, no próximo tópico conectamos algumas experiências dentro dos feminismos latino-americanos e africanos com a ajuda de interlocutoras que dividiram suas experiências pessoais e coletivas a fim de promover a troca epistemológica no que chamamos de corredor de saberes¹⁷ (GASPARETTO, 2019).

Conexões entre América Latina e África

A iniciativa faz parte de um exercício que busca desmontar e transbordar os discursos hegemônicos do próprio feminismo eurocêntrico, que se apresenta como narrativa crítica do universalismo androcêntrico ao mesmo tempo em que produz e fixa um universalismo de gênero que se projeta sobre resto da humanidade, o que na realidade é a experiência histórica e a forma de interpretação e problematização do mundo de um grupo de mulheres geopoliticamente localizadas no Ocidente (MIÑOSO ET AL, 2014, p. 13, tradução nossa)¹⁸.

A questão de por que estudar o feminismo decolonial latino-americano e suas conexões com a África é teoricamente respondida no livro *Tejiendo de otro modo* (MIÑOSO ET AL, 2014). A obra compila textos feministas que produzem deslocamentos político-epistémicos quanto à racionalidade ocidental do feminismo eurocentrado, por meio de perspectivas que

¹⁷ Este termo foi cunhado numa viagem aérea Brasil-Moçambique, observando no mapa de voo que o percurso é em linha reta, remetendo à ideia de um corredor. A localização geográfica favorece as relações entre os dois continentes devido às latitudes similares (especialmente com a África Subsaariana), pois apresentam climas semelhantes e um litoral atlântico com composições parecidas. O “corredor de saberes” pode proporcionar trocas e ser o lugar para a circulação de tecnologias epistemológicas, facilitando a circulação entre as teorias feministas do Sul-Sul (autora, 2019).

¹⁸ *La iniciativa es parte de un ejercicio que busca desmontar y desbordar los discursos hegemónicos del propio feminismo eurocentrado, el cual se ha presentado como una narrativa crítica del universalismo androcéntrico al tiempo que ha producido y fijado un universalismo de género que proyecta hacia el resto de la humanidad, lo que en realidad es la experiencia histórica y la forma de interpretación y problematización del mundo de un grupo de mujeres ubicadas geopolíticamente en Occidente* (MIÑOSO ET AL, 2014, p. 13).

enfrentam a narrativa até então construídas pelos marcos clássicos dos estudos feministas hegemônicos, protagonizados por discursos de uma branquitude feminista que generaliza as mulheres sem considerar os diferentes marcadores sociais da diferenças e as interseccionalidades de opressão, produzindo *lócus* de enunciação privilegiados e outros marginalizados, como é o caso dos dois territórios acerca dos quais refletimos.

Somamo-nos à busca das autoras (MIÑOSO ET AL, 2014) por contribuir com a circulação de vozes e pensamentos ‘outros’, desde o sul global, dialogando com interlocutoras e genealogias feministas comprometidas com uma crítica teórica e prática à colonialidade, e com a busca por uma práxis decolonial que oportunize espaços de falas de correntes que vinculem feminismo e decolonialidade, como é o caso do conjuntos das entrevistadas para a pesquisa de pós-doutorado que busca evidenciar a dinâmica das redes de pesquisa e conexões transnacionais a partir de Moçambique.

O imaginário etnocêntrico sobre a África tem sido construído sobre uma série de estereótipos, expressos em palavras como pobreza, fome, dívida, “ajuda”, “vítima”, dependência, guerra, caos, deficiência (KABUNDA BADI, 2008; HALL, 2017). É preciso avançar em direção a novas teorias que superem o afro pessimismo, baseado em frias estatísticas internacionais, produzidas pelas agências multilaterais e bilaterais que não levam em conta a amplitude das alternativas, da economia popular em redes de comércio e de solidariedade, ou a história e a cultura de cada país (NHAMPOCA, 2015).

Buscar aproximações entre a América Latina e a África significa remexer em uma memória que envolve aspectos históricos, antropológicos, diplomáticos, o genocídio da escravidão, lutas pelas liberdades, relações atlânticas (GILROY, 2012), por onde navegou o tráfico, a escravização e a racialização, mas por onde circulam saberes, culturas, ideias e proporcionam a base da construção do próprio “negro” e a transgressão do seu destino. O Atlântico como um lugar de paradoxos, por onde circula o caráter híbrido das ideias e o intercâmbio entre o pensamento negro e as ideias dominantes “brancas”, a coexistência entre a produção cultural e as identidades negras e a modernidade. O Brasil e a América Latina unidos à África por esse Atlântico feito de ambiguidades.

Nosso intuito é o de reunir pensamentos de interlocutoras que estabeleçam aproximações e/ou distanciamentos entre ambos os espaços geográficos, bem como suas experiências sociais, abrindo horizontes de mútuo conhecimento em uma perspectiva cronológica abrangente para que esse passado conectado viva nas histórias do tempo presente e da micro-história que alimentam a história global (REVEL, 2010) ¹⁹.

Portanto, na busca por trazermos os protagonismos das mulheres que não fazem parte dos centros hegemônicos e que, por vezes, são excluídas de lutas políticas e feministas, propomos compor um diálogo entre feministas pertencentes ao sul global, com foco nas relações entre Brasil e Moçambique, uma vez que essa relação intercontinental, apesar dos seus diferentes marcadores sociais, carrega tendências históricas e relações assimétricas e têm em comum a colonização portuguesa e o uso de idiomas semelhantes (GASPARETTO, 2019). Justifica-se essa investigação como um estudo das sociedades do sul global, de como elas se comunicam entre si e se passados que compartilham proximidades afetam as reivindicações e problemáticas das lutas das mulheres de hoje.

Dessa forma, os objetivos gerais que conduziram a pesquisa estão na análise dos intercâmbios culturais entre América Latina e África e na investigação de conexões entre os âmbitos dos movimentos de mulheres e feministas, haja vista um cariz marcadamente transnacional nesses movimentos, organizações e/ou redes. Outro aspecto que ressaltamos é a busca por contribuir nos intercâmbios de conhecimentos de obras e saberes do continente africano, assim como de países da América Latina, que ainda têm baixa circulação no Brasil, em diálogo com a perspectiva da entrevistada Catarina Trindade (2020), ao comentar sobre a produção de conhecimento em África:

Temos muita produção aqui [em Moçambique] [...] e isso é uma coisa que tem me interessado cada vez mais: essa relação e circulação que extrapola o contexto dos

¹⁹ Dessa relação da micro-história com a história global emergem processos sócio-históricos de forma não linear, desordenada, contraditória, advindos de uma multiplicidade de determinações, de projetos, de obrigações, de estratégias e de táticas individuais e coletivas. Essa complexidade de perspectiva é que permite analisar as transformações do mundo social. A nova “história global” não parte da ideia de que os processos sociais maiores são globais e que podem dar conta das circulações que caracterizam a globalização com suas conexões e encruzilhadas. Sendo assim, a micro-história possibilita visualizar de imediato a questão da variação de escala e dos efeitos cognitivos a ela associados: sua questão fundamental não é aqui a do estudo dos objetos de tamanho reduzido, mas sim um olhar local sobre o global e um olhar do local no global (REVEL, 2010).

feminismos. Por que é tão mais fácil para nós sabermos mais do Brasil ou de outros contextos, do que o contrário? E as pessoas não conseguem perceber o quão problemático isso é? Porque espelha-se tanto uma série de movimentos, de uma série de práticas, discursos e etc. mas e o contrário? Eu fiquei oito anos no Brasil, ninguém sabe absolutamente nada sobre o feminismo africano, ninguém sabe absolutamente nada sobre a realidade, o contexto moçambicano, principalmente (TRINDADE, entrevista, 2020).

Postos esses questionamentos, em especial no ambiente universitário, um dos desafios para "descolonizar o pensamento" e o "ser, o poder e o saber" é repensar a academia como um lugar plural e dialógico que possa propor espaços de reflexão entre ativistas e acadêmicas para conversar sobre o sentido dos projetos acadêmicos, políticos e culturais, descolonizar a práxis dos feminismos (na teoria e na prática) e constituir uma hegemonia de pensamento acadêmico engajado e transformador no Brasil, na América Latina e na África. Construindo novas perspectivas e genealogias, a partir das realidades, dos compromissos, preocupações e produções epistêmicas que contribuam para descolonizar os feminismos nos dois continentes (GASPARETTO, 2019). Assim, somamo-nos às críticas aos saberes hegemônicos e à crítica às teorias que deles fazem parte, devido aos impactos nos campos do feminismo e dos estudos de gênero na América Latina e na África, que subordinam, apagam e mantêm na invisibilidade a importância das lutas dessas regiões e, conseqüentemente, as epistemologias que delas surgem (HALL, 2017; GASPARETTO, 2019).

Tina Andrade (entrevista 2020) circula por esse mundo globalizado, olhando o processo local e o global e fazendo conexões entre os feminismos africanos e os feminismos latino-americanos:

Eu acho que seria muito interessante fortalecer essa ligação. Falo também do meu próprio lugar, porque antes eu tinha a sorte de trabalhar no Brasil e depois em Moçambique. Obviamente há muitas ligações, mas realmente, tanto Brasil-Moçambique e América Latina-África, aproveitando essa aprendizagem que um país, um continente pode dar ao outro. O Brasil tem movimentos sociais fortes, muito combativos. Por outro lado, os movimentos brasileiros muitas vezes têm um romantismo como a África [...] o Brasil fornece como criar um movimento, é muito inclusivo e realmente combate para conseguir certas agendas que estão sendo realizadas na política. Então isso é uma coisa boa para Moçambique, no sentido de como fazer o convencimento dessa sociedade, uma sociedade em que menos pessoas têm acesso à formação formal e às redes ativistas. Em princípio, quando você está trabalhando aqui [em Moçambique], quer criar um movimento, porque não tem essa coisa tão forte como na América Latina. Você precisa fazer esse trabalho de formiga, sentar com a comunidade, discutir, ouvir, entender. Não pode chegar com seus conceitos e trabalhar essa ideia de *movement building*. Reunimos as duas experiências

aqui em Moçambique e vamos encontrar um jeito de harmonizarmos. Vamos tentar e levar as pessoas juntas, esse jeito que existe aqui de trabalhar enraizado na sociedade [em Moçambique], junto com este movimento mais dinâmico que o Brasil tem, com batuque e tudo (chega um grupo e faz barulho para mudar as coisas). Isso poderia dar uma coisa muito interessante e poderia levantar e avançar agendas (ANDRADE, entrevista 2020).

A antropóloga moçambicana, docente na UEM, Carla Braga, também relata sua experiência de ativismo na América Latina, que influenciou sua trajetória acadêmica, ilustrando o entre-lugar chamado *glocal*:

(...) eu venho do ativismo na América Latina. Nos anos 1980 eu fui no Chile, fiz parte de um movimento de mulheres em pleno período da ditadura Pinochet. Foi uma experiência muito forte, fico até emocionada quando falo. Fui parte do movimento pró-emancipação da mulher chilena, chamada Coordenadora de Ação Social de Mulheres, que envolvia organizações de base e outras redes. Foi um período muito tenso e de grandes discussões, onde se unia a luta pela democracia, contra a ditadura, pelos direitos humanos num modo geral, mas nós sempre tentando feminizar essas questões e pensando nas presas políticas - não só em presos (BRAGA, entrevista 2017).

Carla Braga se identificava com a luta contra a violência e não como feminista, mas esteve presente no ativismo feminista chileno dos anos 1980, período de forte resistência às ditaduras militares no Cone Sul²⁰ (PEDRO, 2010). Ela esteve presente nas discussões que alimentavam o movimento e que posteriormente influenciaram sua trajetória acadêmica:

[...] havia mulheres das mais diversas tendências políticas. E havia mulheres que já se diziam feministas e havia o movimento feminista, etc. Então me lembro das primeiras discussões para organizar manifestações e ações contra a violência (pensada em termos de violência política e contra as presas políticas). E quando nos anos 1980 as feministas (estou a dizer porque nessa altura eu não me identificava enquanto tal) nos diziam: nós vamos fazer campanha contra a violência doméstica. Eu fiz parte de todas as discussões que houve naquela altura, então, quando eu tive a oportunidade de vir para a Universidade estudar, uma das questões que eu queria era entender melhor esta questão da dominação masculina e as relações entre mulheres e homens, etc. Então chego à academia por este caminho (BRAGA, entrevista 2017).

Indagamos Carla Braga quanto à experiência de resistência à ditadura e sua influência no seu pensamento acerca das relações de gênero, o feminismo e a interconexão entre o pensamento latino-americano (chileno) com o feminismo africano/moçambicano:

²⁰ A identificação com o feminismo teve vários caminhos no Cone Sul, que passaram por grupos de consciência, pelos questionamentos das dinâmicas das organizações de esquerda, pelo contato com grupos e ideias feministas no exílio, por leituras e por lutas políticas, que perduram ainda na atualidade (PEDRO, 2010).

Eu acho que sim e de muitas maneiras, por exemplo, antes de ir para a América Latina, em 1974, quando foi a independência de Moçambique e participava na OMM²¹. Eu era uma menina de 18 anos, preocupada com a condição das mulheres. Isso é parte da minha história. Lembro-me por exemplo dos primeiros encontros que se fizeram antes da independência em que havia orientações políticas e o lema era "contra práticas obscurantistas". Havia todo um discurso político sobre os ritos de iniciação. Mas eu lembro de ficar muito marcada ao ouvir mulheres de uma certa idade ousarem dizer "ok, vocês dizem que não podemos fazer ritos, então como é que vamos educar nossos filhos, o que vocês nos propõem, o que vai acontecer, o que pode ser?" Eu não tinha resposta na altura. Eu tive essa vivência e outras não necessariamente positivas. Mas sim, portanto assisti de alguma forma um discurso que era emancipador, era absolutamente revolucionário falar de emancipação da mulher, etc., mas acompanhado de práticas que estavam em conflito com o discurso. E hoje eu consigo ver por que: tu não mudas uma sociedade assim [de repente], é um processo [...]. Então isso foi um processo que me fez crescer e de fato faz parte de quem eu sou (BRAGA, entrevista 2017).

A experiência latino-americana de Carla Braga dialoga com a percepção de Catarina Trindade (entrevista 2020), para quem as articulações entre os feminismos moçambicanos, seja nos âmbitos acadêmicos ou de ativismo, foram feitas internacionalmente, sendo o Brasil uma grande influência. Ainda que a pauta feminista seja pensada em termos internacionais, há uma conexão regional menor, o que, em alguns casos, pode ser problemática, uma vez que se perdem oportunidades de trocas com realidades locais entre países com contextos similares:

Eu ouvi várias interlocutoras se referirem ao feminismo brasileiro como o ideal do feminismo: a maneira que se fazem as lutas, como se abordam é muito presente aqui, como chamar "companheiras" umas às outras, as canções, etc. Mas às vezes penso que (e não é falar que não deve pegar coisas do Brasil) a gente perde muito se não olhar um pouco pra nossa região, onde tem muita coisa mais próxima. Nós temos muito em comum com o Brasil e os feminismos, mas tem muitas outras formas de lutas específicas destes contextos e conhece-se muito pouco as feministas africanas. Há muitas jovens que estão nesse processo de recuperar e conhecer as feministas e ativistas africanas (que estão na luta há anos), mas até eu própria, quando comecei a fazer a pesquisa, não tinha lido quase nada das feministas africanas, não conhecia absolutamente nada de feministas e de ativismo feminista africano (TRINDADE, entrevista 2020).

Das experiências analisadas, bem como das problematizações acerca das relações entre os feminismos situados no Brasil e em Moçambique, Catarina Trindade (entrevista, 2020) analisa as motivações para a interconexão entre os dois continentes:

Hoje em dia tu tens muito mais informação, tu és bombardeado, circula muito mais, falando especificamente sobre a relação com os feminismos no Brasil, aquilo que é

²¹ A Organização da Mulher Moçambicana (OMM) surgiu em 1973, durante a luta armada de libertação nacional. Seu objetivo era de mobilizar as mulheres para as tarefas de reconstrução do país, sendo um braço da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

produzido é muito mais apelativo. Primeiro, porque está na mesma língua. Segundo, porque tem uma presença muito grande nas redes sociais. E não só *Facebooks*, mas em sites, *YouTube*, etc. É muito mais presente e tem uma linguagem muito mais simplificada do que talvez em outros contextos como África do Sul, Angola e nesses países aqui à volta (Idem).

Na visão da consultora Solange Rocha (entrevista 2019), o Brasil tem uma influência no feminismo moçambicano originada na educação popular feminista, que dialoga com a educação popular e os processos de luta de libertação, que influenciaram e foram influenciados pelas dinâmicas da educação com e para o povo, o trabalho de massas, o diálogo e a participação popular. Além disso, para Rocha (Idem), as dinâmicas internacionais na formação em gênero tiveram preponderância, como a formação de gênero que a ‘velha guarda’ teve na Europa, com programas de desenvolvimento que influenciou as gerações intermediárias e as atuais gerações de feministas.

É uma perspectiva de gênero e desenvolvimento que vem de fora, a primeira formação e a primeira vez que se fala de gênero em Moçambique, que é com Teresinha [da Silva] e Isabel [Casimiro]. Conheci Moçambique na Holanda, através das moçambicanas, fazendo formação de gênero. Segundo Isabel, isso influenciou a forma como ela construiu a carreira de gênero dentro da Universidade. Considero também que essa experiência internacional, independentemente de onde seja, foi muito valiosa quando eu estava começando no feminismo, porque sai, vê o mundo, circula. Era mais do que o curso ou assunto que eu ia tratar, é o aprendizado de mundo (ROCHA, entrevista 2019).

Além desses fatores apontados por Trindade (entrevista 2020) e Rocha (entrevista 2019), Tina Hennecken Andrade (entrevista 2020) parte de suas experiências no Brasil, Moçambique e Namíbia e afirma que há uma conexão a ser observada entre países da América Latina e África envolvendo a integração comercial internacional entre os países. Ambos os continentes estão estrategicamente inseridos nas Cadeias Globais de Valor onde “empresas participam tanto como usuárias de insumos estrangeiros quanto como fornecedoras de bens e serviços utilizados para exportações de outras ou mesmo, para consumo final” (ZHANG; SCHIMANSKI, 2014, p.78). Essa inserção industrial nos países em desenvolvimento por vezes esconde impactos negativos, seja na natureza ou no deslocamento de famílias que, forçadamente, migram para regiões onde elas não podem manter os mesmos hábitos de subsistência que tinham antes. O fator do chamado ‘desenvolvimento’ na vida das mulheres é refletido por Tomé (entrevista 2020):

Esse fato promove diversas interferências culturais e impulsiona a marginalização da mulher dentro desse suposto desenvolvimento econômico, uma vez que nesses corredores de desenvolvimento, muitas mulheres, forçadamente ou não, entram na prostituição, as colocando numa situação de muita vulnerabilidade. Quando há a entrada da mulher nessas relações econômicas, normalmente continua nas posições em que não é possível nenhuma abordagem de transformação de relações de poder entre homens e mulheres (Idem).

A resistência ao extrativismo é exemplo de agenda emergente em ambos os continentes com importante participação feminina. A defesa de seus corpos-territórios, o direito de preservação à identidade e ancestralidade e todas as violências de gênero consequentes desses projetos estão entre as principais pautas.

[...] acredito que na África Austral talvez tem mais sensibilidade já para estas lutas, começando com a África do Sul, que é um país que tem tradicionalmente uma indústria forte de mineração e tem também uma forte tradição de movimentos sociais, como vocês conhecem também na América Latina, que são um pouquinho mais disruptivos, não muito *establishment*, mas que enfrentam mesmo. Lá tem simplesmente uma base forte e entre Moçambique e Angola se discute também bastante a agenda da questão extrativa e as influências negativas desta atividade econômica (ANDRADE, entrevista 2020).

Com o objetivo de combater a exploração extrativista e seus impactos em Moçambique, no ano de 2017, movimentos que integram a campanha “Não ao ProSavana”²², organizaram em Maputo a Conferência Triangular dos Povos. Estudos das consequências de uma década do ProSavana em Moçambique foram apresentados, que expropria e não respeita povos, territórios, a vida e os direitos humanos (GASPARETTO, 2019, p. 160). Mulheres rurais e movimentos como Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Fórum Mulher (FM) e Fórum das Mulheres Rurais (FOMMUR) estavam presentes e se posicionaram na conferência. A palavra de ordem “Globalizemos a luta! Globalizemos a esperança!” é utilizada pelos movimentos da Rede Internacional Via Campesina, que articula também o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)²³ no Brasil (GASPARETTO, 2019).

²² Integram a campanha organizações da sociedade civil de Moçambique, Brasil e Japão (GASPARETTO, 2019).

²³ Desde sua criação, o MST tem o desafio e o compromisso com a participação de todas/os no processo de luta, sendo homens, mulheres, jovens, idosos e crianças protagonistas de sua própria história. A participação das mulheres no MST levou à criação do Setor de Gênero (em 2000), com formação, luta pela construção de novas relações de gênero e com a natureza, além de fortalecer o projeto de Reforma Agrária Popular, feminista e antirracista (MST, 2021).

Na resistência em redes feministas, Tassiana Tomé (entrevista 2020) observa que a *Womin Africa Alliance* tem seu foco na questão extrativista, com a missão de organizar as mulheres, construir um movimento que desafia as destruições em larga escala, consequentes do extrativismo de recursos naturais, bem como de propor um desenvolvimento alternativo por intermédio de pesquisas, intercâmbios, escolas feministas e campanhas em parceria com organizações em treze países do continente africano. Por meio do ativismo ecoam a voz das mulheres camponesas que têm sido desapropriadas das suas terras, em razão do processo dos megaprojetos, especificamente das indústrias extrativas. Possui conexões com 20 outras organizações, sejam regionais ou internacionais e no âmbito da América Latina, há intercâmbio feitos pela Via Campesina, organização que têm mulheres como principais participantes e líderes, conectada com 81 países e destes, no contexto latino-americano, com Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Entre as redes presentes no continente africano, destaca-se a *African Feminist Forum*, responsável por conectar ativistas feministas africanas, acadêmicas, pesquisadores e profissionais de todo o continente em prol das reivindicações envolvidas nos movimentos feministas. Fora da África, as conexões entre os países são criadas e reforçadas principalmente quando há o idioma em comum, o que explica uma maior comunicação entre Moçambique e Brasil. Apesar dessas conexões serem úteis para aproximar os contextos e horizontalizar as lutas feministas, Catarina (entrevista, 2020) observa que se não houver um apelo para as realidades vizinhas dentro do continente africano, há o risco de enfraquecer lutas específicas deste. E o idioma foi um dos fatores que enfraqueceu as conexões entre as representações das *Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust (WLSAs)*²⁴, organizações responsáveis por pesquisar a situação dos direitos das mulheres, em sete países da África Austral: Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Zâmbia e Zimbábue.

No âmbito local, redes como o Grupo de Mulheres de Partilha de Ideias de Sofala (GMPIS), fundado em 2014 com sede na cidade de Beira em Moçambique, são responsáveis por unir mulheres que articulam espaços de solidariedade e troca de experiências, além de

²⁴ Mulher e Lei na África Austral.

integrarem a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) de Moçambique e estabelecerem redes regionais, com ativistas do Zimbabwe e Malawi. Atualmente estão presentes nas províncias de Sofala, Maputo, Gaza e Inhambane e contam com mais de 30 organizações, grupos membros e ativistas autônomas.

Com o intuito de prestar assistência a mulheres afetadas por zonas de conflito, priorizando o tema da “Paz e Segurança”, o grupo cresceu e institucionalizou-se, procurando manter a horizontalidade e uma estrutura democrática (FRIEDHOFF, entrevista 2021). A institucionalização dos grupos pode afetar um pouco o desenvolvimento, como lembrou Tassiana Tomé (entrevista, 2020), pois apesar de haver ligação com as vivências locais, ainda há uma desconexão muito grande entre as organizações, principalmente por terem caráter institucionalizado, o que pode dificultar as ações ao criarem hierarquias entre suas integrantes.

Voltando às redes transnacionais, outra conexão que vem no processo é a passagem do 13o Congresso Mundos de Mulheres (e Fazendo Gênero 11), realizado em 2017, do Brasil (UFSC), para Moçambique (UEM). Devido à pandemia da Covid-19, o evento foi transferido para 2022 e essa travessia temporal tem oportunizado inúmeras aproximações e diálogos entre o Brasil e a África.

Durante o 12o Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, entre 19 e 30 de julho de 2021, no formato *on-line*, foram realizadas rodas de conversa com representações africanas de Cabo Verde, Guiné Bissau e Moçambique. Da América Latina estiveram participantes da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e República Dominicana. Também contou com uma mesa redonda com participação de pesquisadoras e ativistas da África do Sul, Angola, Cabo Verde, Brasil e Moçambique, com intuito de fortalecer a circulação de saberes e referências sobre contextos africanos de pouca circulação no Brasil.

Considerações Finais

[...] uma das coisas que deu para aproveitar nessa campanha internacional [para as mulheres afetadas pelo Ciclone Idai], foi a solidariedade entre as mulheres. É muito forte a gente usar as redes pessoais e as redes feministas para fazer a solidariedade. Eu fiquei muito impressionada com a campanha, foi muito bonito e aprendi muito [...] Fiquei impressionada com a força que tem o feminismo. A solidariedade é o principal

do feminismo. Viver isso, partilhar isso e usar isso para avançar com os direitos das mulheres (FRIEDHOFF, entrevista 2020).

Este artigo partiu de uma perspectiva epistemológica decolonial, utilizando-se de entrevistas realizadas para a pesquisa de pós-doutorado, experiências, metodologia e revisão bibliográfica que abordam a situação das mulheres, suas pautas e resistências nos contextos latino-americano e africanos. As entrevistadas são mulheres que já viveram ou vivem e circulam em ambos os continentes analisados, que atuam no campo da luta por direitos das mulheres e/ou pesquisam no âmbito dos estudos de gênero e feministas. Nossos questionamentos foram estabelecidos acerca dos níveis de conexões entre redes construídas por e para mulheres no continente africano, se há conexões com o contexto latino-americano. Constatamos no processo da pesquisa que existem inúmeras redes, marcadas por encontros e convívios políticos, acadêmicos, ativistas, afetivos e de solidariedade, que foram construídos nessas convivências entre Brasil-África-Moçambique. Percebemos ainda nas narrativas uma forte crítica ao chamado feminismo hegemônico, tanto acadêmico como ativista.

A partir dos levantamentos, reconhecemos que há redes formais e informais de organizações feministas que lutam pelos direitos das mulheres de acordo com as suas necessidades locais, regionais, nacionais e transnacionais. No entanto, apesar da importância das trocas intercontinentais, uma articulação regional mais constante poderia fornecer oportunidades de interação com países de contextos similares e trazer benefícios às pautas específicas desses locais. Contudo, em algumas regiões dentro do continente africano, ainda que compartilhem de reivindicações semelhantes, podem encontrar dificuldades de conexão, sendo o idioma um exemplo de obstáculo. No caso do idioma, o Brasil tem suas conexões favorecidas com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs). Além disso, observou-se que os intercâmbios de África com a América Latina são reforçados pela questão do extrativismo e seus impactos na vida das mulheres, em especial as camponesas e indígenas.

Nesse sentido, ressaltamos a importância da contribuição feminista a partir de uma perspectiva decolonial para a promoção de saberes múltiplos e singulares, assim como a importância de estudá-los como forma de combater o racismo, o etnicismo e a colonialidade que estruturam nossas relações. Aponta-se para a conexão desses movimentos em uma rede

intercontinental de apoio, solidariedade e resistência, articulações internacionais na luta pelos direitos das mulheres que tenha um olhar desde as perspectivas das mulheres do Sul Global.

Consideramos esse trabalho introdutório, em razão da complexidade em articular questões tão profundas, implicadas nas vidas das mulheres em seus contextos particulares e nas suas lutas seculares. Dessa forma, pretendemos continuar a aprofundar esses laços intercontinentais por meio da pesquisa, na busca por fortalecer a práxis, ligando a prática e a teoria feminista para entendermos as relações históricas e humanas que nos envolvem e que se aproximam: apesar das fronteiras e das distâncias que nos separam. Entre nós há afetividades, semelhanças, potências, histórias comuns e singulares, que nos tornam únicas e, ao mesmo tempo, irmanadas nesse corredor de saberes do Sul-Sul.

Referências Bibliográficas

Entrevistas

ANDRADE, Tina H. On-line [23 nov. 2020]. Entrevistadoras: (Vera Gasparetto e Débora Speck). Plataforma Zoom ano. 1 arquivo .m4a (00:52:15 min). Entrevista para a pesquisa de Pós-Doutorado. Transcrição: (Débora Speck).

BRAGA, Carla. UEM [30 out. 2017]. Entrevistadora: (Vera Gasparetto). Maputo - Moçambique, 2017. 2 arquivos .m4a (00:51:58, 00:00:41 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (VG).

FRIEDHOFF, Heike. On-line [10 fev. 2021]. Entrevistadoras: (Vera Gasparetto e Débora Speck). Plataforma Zoom 2021. 1 arquivo .m4a (00:47:35 min). Entrevista para a pesquisa de Pós-Doutorado. Transcrição: (Débora Speck).

NÁMODA, Marilu. On-line [17 fev. 2021.]. Entrevistadoras: (Vera Gasparetto e Débora Speck). Plataforma Zoom 2021. 2 arquivos .m4a (00:38:16 min e 00:36:42 min). Entrevista para a pesquisa de Pós-Doutorado. Transcrição: (Débora Speck).

ROCHA, Solange. On-line [25 ago. 2020]. Entrevistadora: (Vera Gasparetto). Plataforma Zoom ano. 1 arquivo .m4a (00:45:08 min). Entrevista para a pesquisa de Pós-Doutorado. Transcrição: (Débora Speck).

TOMÉ, Tassiana. On-line [18 dez. 2020]. Entrevistadoras: (Vera Gasparetto e Débora Speck). Plataforma Zoom ano. 1 arquivo .m4a (01:34:00 min). Entrevista para a pesquisa de Pós-Doutorado. Transcrição: (Débora Speck).

TRINDADE, Catarina. On-line [03 dez. 2020]. Entrevistadoras: (Vera Gasparetto e Débora Speck). Plataforma Zoom ano. 3 arquivos .m4a (00:36:46 min, 00:39:51, 00:18:37 min). Entrevista para a pesquisa de Pós-Doutorado. Transcrição: (Débora Speck).

Bibliografia

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31, Número 1, p.129-143, Janeiro/Abril 2016.

ALLIANCE, Womin African. Meet our network. Disponível em: <https://womin.africa/our-network/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11. Brasília, p. 89-117, maio-agosto de 2013.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. MALDONADO-TORRES, Nelson. GROSGOUEL, Ramón (Org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CABRAL, Amílcar. *Nacionalismo e Cultura*. Galiza: Edicións Laiovento, 1999.

CAMPESINA, Via. Via Campesina. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

CASIMIRO, Isabel. *Paz na Terra, Guerra em Casa*. Recife: Editora Ufpe, 2014. Disponível em: <https://nigs.ufsc.br/files/2017/08/PAZ-NA-TERRA-GUERRA-EM-CASA-UFPE-final.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

CRUZ HERNÁNDEZ, D. T. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. *Solar*, vol. 12, n. 1, p. 35-46, 2017. Disponível em: <http://revistasolar.org/wp-content/uploads/2017/07/3-Una-mirada-muy-otra-a-los-territorios-Cuerpos-femeninos.-Delmy-Tania-Cruz-Hernández.pdf> . Acesso em: 23 out. 2021.

DADOS, Nour; CONNELL, Raewyn. The Global South. *Contexts*, v. 11, n. 1, p. 12-13, 2012.

FALOLA, Toyin. *O poder das culturas africanas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. Tradução de Beatriz Silveira Castro Filgueiras. (Coleção África e os Africanos).

FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FES. Gender Justice, Feminism and Transformation. Disponível em: <https://www.fes-mozambique.org/en/topics/gender-justice-feminism-and-transformation/>. Acesso em: 05 ago. 2021.

FRASER, Nancy; ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

GASPARETTO, Vera. Do local ao global: feminismoS africanoS, redes de pesquisa e conexões transnacionais. Projeto de Pesquisa a Programa Nacional de Pós-doutorado – PNPd/CAPES do Programa Interdisciplinar de Ciências Humanas (PPGICH), Área de Estudos de Gênero e Sexualidades, UFSC, 2019.

GASPARETTO, Vera. Corredor de saberes: *vavasati vatinhenha* (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique. 2019. Tese (Doutorado) - Curso de PPGICH, CFH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193918>. Acesso em: 03 set. 2020.

GÊNERO, Fazendo. Fazendo Gênero 12: apresentação. Apresentação. 2021. Disponível em: <https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/apresentacao>. Acesso em: 05 ago. 2021.

GILROY, Paul. O Atlântico Negro – Modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org). Pensamento Feminista hoje: Perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 36-49.

HALL, Gwendolyn Midlo. Escravidão e etnias africanas nas Américas - restaurando os elos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. Tradução de Fábio Ribeiro (Coleção África e os Africanos).

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Caderno Pagu (5), Campinas - SP, n. 5, p. 7-41, jan. 2009.

KABUNDA BADI, Mbuyi. África en la globalización neoliberal: las alternativas africanas. Revista Theomai, N. 17, p. 77-87, 2008.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, No.9, p. 73-101, julio-diciembre, 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em 06 jun. 2021.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb/?lang=pt&format=pdf>.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org). *Pensamento Feminista hoje: Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 51-81.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf. Acesso em: 03 set. 2020.

MIÑOSO, Yuderkis E. Presentación. In: OYÈWÙMÍ, Oyèrónke. *La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Editorial en la frontera: Bogotá - Colombia, 2017. Traducción: Alejandro Montelongo González.

MIÑOSO, Yuderky Espinosa et al [Org.]. *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Colômbia: Editoria Universidad del Cauca, 2014.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: n-edições, 2018.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial – Raça, Gênero e Sexualidade no embate colonial*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2010.

MST. *Quem somos*. 2021. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MUDIMBE, V. Y. *A invenção da África*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. Tradução de Fábio Ribeiro (Coleção África e os Africanos).

NHAMPOCA, Joaquim. Os três C's da África e a desconstrução do rótulo. In: BOAVENTURA, Ilka e SEVERO, Cristine (orgs.). Kadila: culturas e ambientes – Diálogos Brasil-Angola. Editora Edgard Blücher Ltda, 2016, p. 417-426.

OYÈWÙMÍ, Oyèrónké. A invenção das mulheres - construindo um sentido africano para os discursos. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

OYÈWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing gender: the eurocentric foundations of feminist concepts and the Challenge of African Epistemologies. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, 2004. Disponível em <https://www.codesria.org/IMG/pdf/OYEWUMI.pdf>. Acesso em 22 abr. 2021.

OYÈWÙMÍ, Oyèrónké. La invención de las mujeres - Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Editorial en la frontera: Bogotá - Colombia, 2017. Traducción: Alejandro Montelongo González.

OYÈWÙMÍ, Oyèrónké. The Invention of Women - Making an African Sense of Western Gender Discourses Paperback. Minnesota: University of Minnesota Press, 1997.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 115-137.

PRATT, Mary Louise. Na neocolônia: modernidade, mobilidade, Globalidade. Ilha do Desterro, Florianópolis, N. 57, p. 19-36, jul.-dez. 2009.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 45 set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/k5MsKMHv6ZQvPsF5vqvdkpB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 21 jan. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. CLACSO, 2005. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4386378/mod_folder/content/0/Quijano%20Colonial idade%20do%20poder.pdf?forcedownload=1](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4386378/mod_folder/content/0/Quijano%20Colonial%20idade%20do%20poder.pdf?forcedownload=1). Acesso em: 05 mar. 2021.

UNILA (ed.). A produção e consumo de literatura estão em debate no ¿Qué Pasa? Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/noticias/literatura-em-debate-no-que-pasa>. Acesso em: 22 out. 2021.

VIVEROS-VIGOYA, Mara. Oyěwùmí, OyèrónkE'. La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Bogotá: en la frontera. Revista LiminaR. Estudios Sociales y Humanísticos, vol. XVI, núm. 1, enero-junio de 2018, México, Mara Viveros-Vigoya Reseñas p. 203-206, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/liminar/v16n1/2007-8900-liminar-16-01-203.pdf>. Acesso em 06 out. 2021.

ZHANG, Liping; SCHIMANSKI, Silvana. Cadeias Globais de Valor e os países em desenvolvimento. 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5322/1/BEPI_n18_Cadeias.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.